

Credor prevê clima de impasse na renegociação

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — Daqui a 10 dias vence o prazo da última prorrogação das linhas comerciais e dos créditos interbancários brasileiros no exterior, num total de aproximadamente US\$ 16 bilhões. O clima nos Estados Unidos, porém ainda é de impasse.

— Não chegamos a soluções concretas no ano passado. A próxima reunião do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira ainda não foi marcada, mas deverá ser no fim desta semana ou no início da próxima. Alguma solução deverá ser tomada quanto ao pagamento da totalidade da operação 63. Do contrário, teremos que estender a prorrogação que vence a 17 de janeiro.

Algo interino, como duas semanas para continuarmos discutindo. Temos que chegar a um meio termo — disse um banqueiro credor americano em entrevista ao GLOBO.

Até aqui o Governo brasileiro concordou em pagar até 50 por cento da operação 63 de repasse de empréstimos estrangeiros aos clientes nacionais dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave. A liquidação dos bancos trouxe instabilidade na dívida externa brasileira até então em situação estável.

— Veja bem, das outras vezes que prorrogamos as decisões muitas vezes foram tomadas tarde. Mas vamos ver o que teremos. Não foi falado nem em prazo. No caso, sabemos que o Brasil quer um ano de prorrogação e menor spread, taxas de risco. Fala-se numa redução ao nível

que tínhamos negociado há um ano com o então Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. No caso o spread então era de 11/ 8 acima da Libor, igual ao risco pago pelos mexicanos. Tecnicamente se não chegarmos a um acordo ou melhor a uma prorrogação atual, o Brasil estará em moratória no próximo dia 17, continua o banqueiro.

Antônio de Pádua Seixas, Diretor da Dívida Externa, está sendo comentado como o provável negociador desta difícil fase da dívida externa. Seixas conta com um ótimo nome entre os banqueiros americanos desde os anos que trabalhou como Chefe da agência do Banespa nesta cidade. Os banqueiros citam ainda o Clube de Paris e o FMI como áreas problemáticas a Lém dos bancos comerciais para a dívida brasileira.